

**A CONSTRUÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO DISCURSO DA IMPRENSA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA MÍDIA DO RIO GRANDE DO SUL
THE CONSTRUCTION OF HOMOSEXUALITY IN PRESS DISCOURSE: A
COMPARATIVE ANALYSIS OF THE MEDIA IN RIO GRANDE DO SUL**

Atilio Butturi Junior¹

Yan Kaue da Silva Brasil²

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise do discurso sobre a homossexualidade na imprensa das cidades de Erechim e Porto Alegre, RS. Metodologicamente, partiu-se da análise do discurso de linha francesa, sobretudo das discussões da arqueogenealogia foucaultiana, no que se refere ao dispositivo sexual e a ordenação produtiva dos discursos sobre o corpo e a sexualidade. O *corpus* foi composto de discursos midiáticos consultados no período de 1º de abril a 31 de maio de 2012. A tentativa foi de estabelecer análises sobre discursos contemporâneos ligados ao gênero e à sexualidade e entendê-los a partir de regramentos de um arquivo que cinde o discurso sexual na díade masculino-feminino. A partir do entendimento da cisão encontrada entre o discurso masculino e o feminino, comparam-se os discursos midiáticos que circulam nas cidades de Erechim e Porto Alegre, apontando as diferenças e as aproximações entre os enunciados, identificando tanto uma pertença arqueológica comum quanto estratégias de deslocamento diversificadas. Com as análises, o que se nota de imediato é a presença da heteronormatização no discurso midiático, sobretudo na cidade de Erechim, onde há uma disciplinarização dos enunciados homocorporais e homossexuais.

Palavras-Chave : Formas de subjetivação. Gênero. Identidades urbanas. Discurso homossexual.

Abstract

This article has as a purpose to present an analysis of the discourse on homosexuality of the press in Erechim and Porto Alegre, both cities in Rio Grande do Sul State. Methodologically, we used French school of Discourse Analysis, specifically foucauldian archaeogenealogical perspective, which discusses sexual device and organizes discourses on body and sexuality. The corpus was composed of media discourses from April 1 to May 31. The attempt was to analyze contemporary discourses related to gender and sexuality, understanding them from specific regulations that cleaves sexual discourse on male-female dyad. Based on that understanding of the fission between male and female discourse, we compare the media discourses circulating in the cities of Porto Alegre and Erechim, pointing out the differences and similarities among utterances, identifying both belonging to a common archaeological and having diverse strategies of displacement. In the analysis, the presence of heteronormativity in media discourse stands out, especially in the city of Erechim, where there is a disciplining of gay body and sexuality statements.

Keywords: Forms of subjectivity. Genre. Urban identities. Homosexual discourse.

¹ Pós-doutorando em Linguística (UNICAMP). Doutor e Linguística (UFSC). Professor Adjunto do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas - UFSC.

² Yan Kaue da Silva Brasil, acadêmico da 5 Fase do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS, campus Erechim. Auxiliar de Pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de descrever os modos de subjetivação que emergem na contemporaneidade segundo uma ordem generificante, a partir de uma análise dos discursos - de subjetivação e objetivação - que circulam na esfera midiática a partir da primeira década do século XXI sobre o masculino, o feminino e suas interseções.

No recorte da pesquisa, averíguam-se os mecanismos de produção da homossexualidade masculina na imprensa do Rio Grande do Sul, das cidades de Erechim e Porto Alegre. Metodologicamente, partiu-se da análise do discurso de linha francesa, sobretudo das discussões da arqueogenealogia foucaultiana, no que se refere ao dispositivo sexual e a ordenação produtiva dos discursos sobre o corpo e a sexualidade. O *corpus* foi composto de discursos midiáticos retirados dos seguintes jornais: *Bom Dia*, *Diário da Manhã* e *Zero Hora* (sendo os dois primeiros da cidade de Erechim e o terceiro, de Porto Alegre), consultados no período de 1 de abril a 31 de maio de 2012. A tentativa foi de estabelecer análises sobre discursos contemporâneos ligados ao gênero e à sexualidade e entendê-los a partir de regramentos de um arquivo que cinde o discurso sexual na díade masculino-feminino.

A fim de apresentar as discussões desenvolvidas pela pesquisa, o texto está assim dividido: na seção dois, aponta-se brevemente o ponto de vista teórico-metodológico; na seção três, quatro e cinco, discorre-se sobre a produção discursiva da homossexualidade e o surgimento de um discurso homossexual na imprensa brasileira. Finalmente, a seção cinco faz uma introdução às análises do corpus que até o momento já foram realizadas.

2 SUBJETIVAÇÃO E DISCURSO DE GÊNERO - APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O debate contemporâneo acerca das formas de subjetivação passa pela crise da alteridade na filosofia do século XX (STEIN, 2000) e desemboca, em meados da década de sessenta, numa série de discursividades que, partindo das problematizações da linguagem, discutem as noções clássicas de indivíduo e suas possibilidades de saber.

Negando, portanto, a capacidade de absolutização da crítica do Iluminismo e sua teleologia, essa discussão - que percorre grande parte das Humanidades sob o epíteto de pós-estruturalismo ou pós-moderno - faz uso da categoria de "discurso", no intuito de pensar os

limites da verdade (DERRIDA, 2008, 2005; FOUCAULT, 1997, 2002; DELEUZE, 1988) e a constituição dos sujeitos pela noção (ou noções de verdade). Assim, enquanto a modernidade secularizava a ideia cristã de redenção e esperava por um juízo final de reapropriação da experiência, o discurso do pós-moderno/pós-estrutural apela para o *fim da história* como impossibilidade do movimento de expansão e criação do novo.

No que tange especialmente às subjetividades contemporâneas e ao debate acerca das identidades, Butler (2003) considera que há uma nova problematização em processo, encarando-a segundo uma espécie de "dívida" pós-moderna. A autora afirma que os debates "pós" exigem um posicionamento que reivindica a ubiquidade do poder sobre todas as práticas - inclusive teóricas. No entanto, muitos desses posicionamentos diferem quanto à aceitação de certo niilismo, sobre o engajamento político da crítica e sobre o papel dos sujeitos e sua constituição. Não obstante às divergências, Butler (2003) faz notar que as categorias languageiras jamais são apenas descritivas e, portanto, são normativas e não universais. É, pois, de um solo de enfraquecimento de ontologias e suplemento que vão se valer os entendimentos de sexo e seus derivados.

Na mesma esteira, Costa (1995, p.58) reconhece algumas vantagens dessa concepção pós-estruturalista - que aqui aproximo da pós-moderna - para a teoria:

O reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro dos limites de significado e de representação culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder, nos permitiu duas importantes estratégias teóricas e epistemológicas: por um lado, nos forneceu instrumentos valiosos para desconstruir as categorias tradicionais do indivíduo [...] e, por outro lado, nos proporcionou uma maior sensibilidade (forjada pelas experiências da política) para compreender os mecanismos diversificados constitutivos dos diferentes sujeitos no campo social.

No caso desta pesquisa, partiu-se da teoria do discurso - sobretudo aquela de filiação pós-estruturalizante - na tentativa de relacionar os sujeitos, suas formas de objetificação, de identificação de si e a circulação dos poderes e saberes que lhes são constitutivos, problematizando as relações entre a linguagem, os meios de comunicação de massa e a produção dos sujeitos. Isso exigiu que se perseguissem os "parâmetros" de Michel Foucault, no que esse denomina tanto como genealogia quanto como arqueologia. É bom lembrar que, no caso de uma análise do discurso, parte-se do pressuposto de uma linguagem constitutiva das práticas sociais, políticas e subjetivas. Ademais, o ponto de vista metodológico defende certa suspeição diante de "dados" e de aspectos quantitativos da pesquisa científica *tout court*. Dessa perspectiva, o par arqueologia/genealogia remete mais a um posicionamento

metodológico e menos a um conjunto de regras e técnicas de pesquisa - daí não constar neste documento alguns itens circunscritos de forma generalizante pelo edital de pesquisa.

É da perspectiva teórico-metodológica de um posicionamento que, aqui, o termo genealogia descreve a multiplicidade das discussões iniciadas na década de setenta do século XX que têm por característica a “insurreição dos saberes dominados” (FOUCAULT, 1993a, p.170) na tentativa de deslindar tudo o quanto foi expulso como resíduo na construção dos discursos da cientificidade conforme os conhecemos. Trata-se, pois, de interrogar a positividade dos saberes a sua exterioridade, sua relação necessária e direta com estratégias *micro* e *macrofísicas* pelas quais *o poder* é exercido e, por conseguinte, as possibilidades de resistência que os sujeitos a ele submetidos são capazes de produzir.

Esse poder onipresente e construtivista só existe em ação e seu *locus* privilegiado (desde o século XVIII) é o *corpo*, exercido em dois níveis: o corpo individual, na positividade da criação de modos disciplinarizados de vivenciar prazer; o corpo social, como tecnologia da população e do combate à degenerescência. A genealogia, então, aparece como alternativa metodológica cuja vantagem precípua é avaliar os discursos - numa arqueologia - sob a lógica da produção de comportamentos, sujeitos e corpos conforme duas ordens distintas, mas complementares presentes em qualquer dispositivo: a ordem jurídico-estatal da lei, encarnada na instituição e no *aparelhamento*; a ordem da regulação normativa, encarnada na capacidade *positiva* – e *impositiva* – que tem o poder de fomentar no indivíduo (corpo) e no social (população) novos entendimentos estratégicos de si. Em ambos os casos, o caráter genealógico dessa pesquisa buscará a intersecção entre as *práticas discursivas* – circunscritas aos saberes disponíveis já apontados no corpus – e as *práticas não-discursivas*.

Sob tal égide de produção dos sujeitos, também uma noção de identidade derivada dos estudos culturais deve ser tomada em consideração. No muito citado *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (2006) postula um descentramento contemporâneo da noção de identidade subjetiva, produto dos discursos estruturalista, marxiano e freudiano. Buscando discernir as transformações relativas à identidade, aponta três diferentes concepções históricas de identidade: *iluminista*, baseada numa identidade unificada na consciência; *sociológica*, quando o núcleo consciente interior é atravessado por um diálogo constante com uma exterioridade unificada na forma de Estados, partidos ou afins; *pós-moderna*, definida via interpelação dos sistemas culturais e pela exigência de mobilidade. Para o autor, essa concepção pós-moderna pode ser entendida no interior de relações de poder. Consequentemente, radicalizaria o descentramento das identidades, justamente porque estas

são historicamente construídas. Falar-se-ia, assim como em Bauman (2004), de identificações móveis e estratégicas.

O tênue equilíbrio de que fala Bauman (2004) e a descentralização alegada por Hall (2006) aproximam-se da discussão entabulada na arqueogenealogia, conforme descrita anteriormente. Ao que parece, uma problematização dos agenciamentos sociais do sujeito pode ser aproximada do par moral-ética que corresponde às formas de subjetivação foucaultianas. As identidades, construídas discursivamente, também são fontes de poder e produtoras de classificações hierárquicas, engendrando os discursos do mesmo e do outro e exigindo uma constituição de si que ora opera segundo práticas de mais liberdade (na medida que tensiona os modelos disponíveis), ora trabalha de acordo com uma codificação (na medida em que reflete e repete os modelos disponíveis).

3 A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA HOMOSSEXUALIDADE

Inicialmente, é mister esclarecer qual o solo discursivo de que se parte para traçar análises acerca da homossexualidade masculina produzida no discurso do século XXI na imprensa, objetivo do recorte dessa pesquisa. Seguindo os pressupostos da arqueologia foucaultiana, seria preciso repensar essa homossexualidade e seus enunciados conforme categorias discursivas. Isso posto, sua existência seria possível apenas segundo regras específicas de enunciados e de uma intrincada relação entre saberes, poderes e sujeitos. Assim, no entendimento de "homossexual" ou "homossexualidade", é possível que se entenda que há um solo arqueológico para as discussões contemporâneas sobre a sexualidade a partir da alardeada incredulidade diante das metanarrativas (LYOTARD, 1998), relacionado constantemente às discursividades que se apropriam de muitos dos conceitos referenciados na seção anterior.

Como apontado anteriormente, autores como Butler (1998) problematizam essa espécie de "dívida" pós-moderna³, afirmando que os debates sobre feminismo e gênero guardam em comum com as teorias "pós" um posicionamento que reivindica a ubiquidade do poder sobre todas as práticas - inclusive teóricas. No entanto, muitos desses posicionamentos

³ Uma discussão sobre pós-modernidade já foi realizada em Butturi Junior (2009). Cabe, porém, ressaltar que o conceito não diz respeito aos autores já mencionados, mas se refere a transformações na legitimidade dos saberes que amiúde são creditadas a essas teorias e fazem parte de certo glossário básico das teorias de gênero, sexualidade e similares. Ver também Lovebond (1990).

diferem quanto à aceitação de certo niilismo, sobre o engajamento político da crítica e sobre o papel dos sujeitos e sua constituição. Não obstante às divergências, Butler (1998) faz notar que as categorias linguageiras jamais são apenas descritivas e, portanto, são normativas e não universais. É, pois, de um solo de enfraquecimento de ontologias e suplemento que vão se valer os entendimentos de sexo e seus derivados.

Como objeto discursivo, as práticas sexuais, portanto, devem ser descritas, segundo uma economia que diferencia cada um de seus usos e suas respectivas ontologias: pensar a sexualidade, então, significa seguir a regularidade que permite sua aparição e traça suas relações conceituais, táticas e subjetivas. Sob tal égide, conforme Ariès (1985), a contribuição dos estudos "pós" seria a de apontar que a "homossexualidade", longe de uma trans-historicidade, seria uma invenção do século XIX, regulada por um dispositivo que garantiria seu surgimento e legitimação. Destarte, ainda que na Antiguidade ou no período medieval houvesse uma preocupação com as práticas sexuais, essas estavam referenciadas por tecnologias, conceitos e estratégias que não as que emergirão no século XVIII, culminando com o aparecimento de uma "[...] espécie coerente, homogênea, com suas características físicas e sociais" (ARIÈS, 1985, p. 81).

Trata-se, nesse caso, de descrever diferentes modelos ou discursividades que descrevem ou problematizam, de acordo com jogos de linguagem circunscritos e sobredeterminados, as práticas de prazer com sujeitos do mesmo sexo. Metodologicamente, tais posicionamentos de refração das categorias ontológicas e de assunção das discussões sobre a própria sexualidade na modalidade de discurso devem, portanto, partir de gramáticas bastante específicas, que garantem a normatização das práticas e as categorizam. Usar o corpo e ter experiências de prazer e de desejo não são, então, realidades não discursivas. Se, foucaultianamente, então, usar os prazeres no dispositivo resulta em uma pertença e um entendimento da prática social (FOUCAULT, 2009a, 1993a, 1993b), esse pressuposto pode ser aproximado de Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, para quem falar uma palavra é já falar uma linguagem. Trata-se de circunscrição a regras que extrapolam o limite das linguagens formais e pertencem à ordem do poder e de suas variáveis.

Essa refração de ordem discursiva exige que se dissolvam, inicialmente, as divisões entre biologismo e culturalismo e, a partir daí, que se postule uma constitutividade entre o aparecimento das categorias de masculino e feminino. Ao invés de se imaginar o "sexo", portanto, é preciso seguir Laqueur (2001, p. 27) [1992] "O sexo, como o ser humano, é contextual." Para Laqueur (2001) - que segue os ensinamentos foucaultianos - não há um impensado natural masculino e feminino sobre o qual os saberes se debruçam. Pelo contrário,

a diferença entre os sexos é constituída por esses saberes. Não se trata de uma negação dos corpos, mas de entender que suas diferenças são tomadas como "realidades" de forma distinta e segundo estratégias de poder-saber restritas e nunca gerais.

A tese fundamental de Laqueur (2001) é a de que a ideia moderna de um dimorfismo sexual e de características incomensuráveis entre dois sexos - masculino e feminino - são uma invenção recente. A inversão é mesmo contra-construtivista: enquanto os construtivistas, até a década de noventa e em geral, postulavam uma identidade biológica sexual e um epifenômeno social, o gênero, Laqueur infere que tanto sexo quanto gênero são construtos e, portanto, variáveis e táticos.

No discurso sexual, cuja estruturação se dará no século XIX, com o que Foucault (2009) descreve como o "dispositivo", o "aparecimento" do homossexual se dá no interior de uma economia de valorização do masculino em detrimento do feminino e na radicalização do negativo feminino corporificado na produção do sujeito homossexual: passivo, desmesurado, inconstante e tangenciando a anormalidade. Assim, como uma categoria não-ontológica, a homossexualidade passa a existir enquanto responde a urgências históricas e percorre uma série de aparições e transformações ao longo dessa história. Isso significa que não se trata de um objeto transcendental cujo destino já estaria traçado desde a Antiguidade, mas de um conceito formado e transformado de acordo com as preocupações dos saberes e dos sujeitos e as operações maquínicas e discursivas dos poderes.

No Brasil, tais debates sobre a produção do gênero e da sexualidade começaram a ganhar vulto nos finais da década de setenta do século XX, nos discursos do desbunde (HEILBORN, 2004) e na tentativa de positivação das práticas homossexuais tanto na antropologia quanto na literatura. Além desses discursos, também surgem os primeiros movimentos políticos de assunção homossexual e, na sua esteira, as primeiras publicações abertamente "homossexuais" na imprensa. No entanto, cabe notar uma especificidade desses enunciados libertários no Brasil: ao mesmo tempo em que oferecem um ultrapassamento da heteronormatividade excludente, produzem a diferença negativa no interior da própria homossexualidade, que passa a ser escandida em dicotomias que remetem ao normal e ao patológico. É dessa escansão, recortada nos discursos da imprensa gay então surgida, que trata a seção a seguir.

O acontecimento da imprensa "homossexual" produzirá efeitos importantes na produção da homossexualidade no Brasil: por um lado, será a estratégia discursiva do "dizer-se", pela qual os sujeitos poderão implicar-se e sugerir modos de resistência diante da heteronormatividade. Assim, se segundo Green (2000) e Trevisan (2010) há um discurso de

permanência da negativização das práticas homossexuais na imprensa até a década de oitenta do século XX, as publicações "afirmativas" e as políticas ditas "alternativas" tornarão possível o surgimento de táticas discursivas que prezem a diversidade de gênero, afeto e sexualidade.

Por outro lado, essa tomada do discurso, ainda que inicialmente circunscrita, será uma das condições de produção dos enunciados sobre a sexualidade e o gênero dos finais do século XX e inícios do século XXI, quando uma valorização da alteridade e uma exigência discursiva de respeito e assunção da diversidade produzirão discursividades de posituação da homossexualidade, ainda que muitas vezes marcadas pela relação com discursos heteronormativos, fantasmaticamente presentes, ainda que amiúde denegados.

A fim de descrever os modos de surgimento do discurso positivo sobre a homossexualidade na imprensa e a posterior reescrita de sua aparição, as próximas seções se ocuparão de traçar um itinerário de produção de tais discursos e, finalmente, de engendrar as primícias de uma análise ainda não exaustiva e restrita.

4 IMPRENSA E HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL

Na imprensa alternativa brasileira, contraponto da ditadura e inovadora em sua liberdade, surge na década de setenta uma publicação política e cultural voltada e produzida para um novo homossexual, o entendido, o *gay*. O país já havia contemplado outros esforços de jornalismo *gay*, mas estes eram apenas "jornalismo de bicha". Houve o *Snob*, que trazia em suas edições a agenda dos eventos mais "badalados" e restritos. Houve a *Coluna do Meio*, no *Jornal do Brasil* que, não obstante sua polêmica judicial - seu autor, Celso Cury, foi vítima de processo de ampla repercussão -, não passava de um laboratório inicial em que se misturava colonismo social e noticiário miúdo sobre a vida "bicha" nos centros urbanos (TREVISAN, 2010; GREEN, 2000).

Trata-se de uma espécie de teleologia discursiva, que pode ser vislumbrada nas transformações ocorridas na década de setenta: modificação de uma hierarquia dos papéis de gênero e dos papéis sexuais trazida com os "loucos anos setenta"; no discurso antropológico, um salto qualitativo restrito ao sistema urbano, fazendo notar uma separação entre práticas arcaicas de afetividade e sexualidade, baseadas na hierarquia de um sistema masculino-feminino, e um modelo vanguardista, calcado nos conceitos de simetria e igualdade.

No caso da antropologia, força discursiva importante na conformação dos discursos sobre/da homossexualidade no Brasil, o sistema produzido para inteligir os processos

antropológicos sustenta uma divisão entre os homossexuais masculinos: os já conscientes e capazes de subversão e aqueles que, assujeitados por formas arcaicas, acabam - como mesmo apontavam as críticas - por repetir a hierarquia de sexo e gênero. Sob tal égide é que, num texto de 1982, *Da hierarquia à igualdade*, Peter Fry (1982) traçava uma taxionomia das identidades sexuais no Brasil: um sistema popular e interiorano, calcado na incomensurabilidade entre "machos" e "bichas"; um sistema médico, que teria deslocado a distinção entre atividade e passividade para aquelas existente entre homossexualidade e heterossexualidade; um sistema simétrico, que recria a taxionomia média em termos de igualdade e de orientação sexual.

Segundo essa intrincada permanência, a tendência teleológica prevê uma "luta" entre o sistema arcaico e o sistema simétrico, visto que o modelo patológico teria sido deslegitimado em sua cientificidade. A estratégia da luta tem como protagonistas justamente aqueles que detêm o poder - nos escritos que discuto até aqui, figuram entre estes os homossexuais urbanos, escolarizados e "conscientes". Atente-se, em ambos os casos, para a divisão entre um tempo da tradição e um tempo da novidade, cujo ponto de deslocamento é a aparição de novas identidades, da ordem monossexual. O aparecimento iluminador de *O Lampião da Esquina*, no final da década de setenta, pode ser lido sob essa égide. Destarte, vista em perspectiva, a imprensa "homossexual" no Brasil é marcada pelo deslocamento que diz respeito a uma afirmação - jamais resolvida - de novas práticas e discursos no interior da homossexualidade. Essa nova imprensa *gay*, então, passa a inscrever-se na série de discursos jornalísticos ditos "alternativos", que costuma ombrear, por exemplo, com o *Pasquim* - a menção ao jornal é constante nos textos do *Lampião*. Ademais, sua estratégia é a de assimilação dos demais jornais - o *Lampião* os divulga - e de produção de um discurso unificado sobre a homossexualidade no Brasil.

Na série de deslocamentos até aqui propostos, é importante observar o surgimento do *Lampião* como uma cesura em relação ao discurso do "modelo colunista social", que pode ser aduzido como o praticado pelo jornal *O Snob*, espécime representativo de uma discursividade que se deveria ultrapassar. Nesta comparação preliminar e não exaustiva, não se deve minorar o curto intervalo temporal que separa as duas publicações - apenas nove anos. O jornal carioca de Agildo Guimarães circulou entre 1963 e 1969, enquanto *O Lampião da Esquina* perdurou entre 1978 e 1981. Além disso, há que se levar em consideração o grau de especialização das duas publicações: *O Snob* teve circulação restrita, suas edições eram mimeografadas e seus textos eram escritos por integrantes de algumas redes sociais homossexuais cariocas, de cunho informal (COSTA, 2010). Já o *Lampião* partiu de uma

estratégia de ampla visibilidade, tendo projeto gráfico e editorial definido, distribuição (relativamente) nacional, tiragem de até dez mil exemplares, além de ter arregimentado a *intelligentsia* homossexual⁴ de seu tempo.

Com essa disputa permanente entre os modelos homossexuais, o *Snob* acabará por assimilar o conceito de *gay* apenas em seus dois últimos números, estabilizando sua empresa de assunção vanguardista da identidade monossexual. Ao que parece, porém, a transformação no conceito ainda escondia a tensão entre as identidades, conforme atesta outro depoimento de Agildo Guimarães (apud COSTA, 2010, p. 87):

Na nossa época era bicha e bofe; a diferença do bofe naquela época é que [...] nosso pênis não era tocado [...] Na época, "bicha" era mulher. Nós tínhamos o cuidado de não encostar o nosso pênis nos bofes. Se o bofe desse para [o parceiro], ele terminava.

Guimarães então retoma a narrativa do sucesso: a "influência americana" fez surgir o discurso e as práticas *gays*, e houve um desligamento "daquela coisa de bicha". Essa história progressiva de aparecimento de uma nova verdade da *homossexualidade como abandono da passividade e da efeminização* encontrará uma versão mais politizada e "refinada" na década de setenta, quando surge o *Lampião da Esquina*. O jornal, ao mesmo tempo em que torna positivo o discurso homossexual, sugere uma assunção da identidade *gay*, cosmopolita e igualitária, que influenciará definitivamente a produção dos discursos da homossexualidade no Brasil nas décadas seguintes. É sobre isso que trata a seção seguinte.

5 O DISCURSO GLS

É preciso, de antemão, nesta seção, deixar claro o que se entende pela sigla GLS. Seguindo Facchini (2003), a sigla opera, no Brasil, a partir da década de noventa, construindo enunciados de visibilidade e orgulho *gay*. Não obstante às críticas que sofreu, por sua vontade de exclusão, é sob tal conceito que pôde surgir uma série de discursos de identificação homossexual internacionalizante. Algumas séries de enunciados compõem este então unificado *gay* do discurso GLS, que já apareciam no discurso do *Lampião*: enunciados

⁴ A *intelligentsia* do *Lampião* contava com os nomes de seu Conselho Editorial - Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadó, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernadet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry. Além destes, o jornal contou com a colaboração regional de Caio Fernando Abreu e Glauco Matoso. Como é fácil observar, muitos destes autores ainda fazem parte de uma espécie de "cânone" da discussão sobre as homossexualidades brasileiras.

de "orgulho" e de assunção de identidade, calcados em estratégias de *coming-out*; enunciados da virilidade corporal, que tornam a homocorporalidade uma espécie de função distintiva; enunciados sobre a "modernidade" dos comportamentos - no Brasil, como o caso dos *clubbers* e das *drag-queens*; enunciados de defesa e luta pelos direitos civis - "casamento", homoparentalidade etc.

Facchini (2003) e Trevisan (2010), porém, fazem uma crítica a essa nova configuração GLS, por entenderem-na como uma produção capitalista, um produto mercadológico que, via fomento da identidade, serviria apenas ao consumo. Não obstante a importância de se atentar para a relação entre a ascensão dos direitos e da visibilidade dos homossexuais e o aparecimento de um mercado voltado para a produção de suas supostas preferências, opto por sustentar outra hipótese para essa genealogia.

Retome-se, então: a emergência de um discurso monossexual foi uma das "conquistas" das homossexualidades a partir das décadas de setenta e oitenta; esse discurso foi marcado pelo imperativo de se distinguir entre práticas mais ou menos normais no interior da própria homossexualidade; esse discurso forja uma identidade hierarquicamente superior, igualitária, urbana e não efeminada; esse discurso circula nas mais variadas esferas e materialidades e, ainda que receba críticas por sua "disciplinarização" das homossexualidades, permanece uma importante estratégia de tomada da função discursiva homossexual no Brasil. São, pois, diversos vértices, entre discursos e novas práticas, assunção de direitos e visibilidade, criação de mercado de consumo e ampliação dos sujeitos que podem "se assumir" que vão modelar uma nova configuração, que não pode ser subsumida ao regramento econômico binarista.

Isso posto, é preciso também informar acerca do surgimento da sigla GLS. De acordo com a mesma Facchini (2003), sua utilização aparece no Brasil na coluna de André Fisher, na *Folha de São Paulo*, em meados da década de noventa. Fisher é o mesmo que teria impedido os representantes do SOMOS de ocupar a tribuna quando, em 1993, realizou o *Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual* e o primeiro *Mercado Mundo Mix*. Até hoje, é o responsável pelo primeiro site GLS do Brasil, o *MixBrasil*, do qual falarei adiante. O alcance da sigla, porém, não se reduz ao campo de atuação da autoria de Fisher:

Em São Paulo, articularam-se, na esteira do GLS, novas identidades e estilos de vida. Modernos, clubbers, ravers, cybermanos etc. passam a misturar classes sociais, idades, orientações sexuais em eventos ou casas GLS ao som de muita música eletrônica. [...] Adolescentes de ambos os sexos passam a se identificar como "mix", que, de acordo com o que pude entender [a autora], significa estar mais ou menos aberto à experimentação sexual com pessoas do mesmo sexo ou outro sexo sem recorrer à classificação hetero, homo, bissexual. Ainda na esteira do GLS, *drag queens*, personagens que cruzam as fronteiras de gênero e podem ser identificadas

pela ênfase nas idéias [sic] de "performance" e "montagem" [...]. (FACCHINI, 2002, p.125-126)

É, pois, desta circulação do discurso GLS no Brasil - Facchini atesta sua assunção urbana - que se chega ao mercado editorial, através da Revista *Sui Generis*. A publicação, que surge em 1994 (o número zero), pretendia, de acordo com Monteiro (2000), fugir das fórmulas "pornográficas" e apostar num modelo de revista similar aos internacionais, cuja ênfase era o modelo de normalização *gay*. Esse gênero de publicação se contraporá a um modelo mais hierárquico, que no Brasil corresponde às revistas com apelo sexual evidente.

Além disso, a aparição de um discurso homossexual orientado e produzido por sujeitos que se constroem sob a égide da identidade homossexual será responsável tanto pela assunção da identidade dos homossexuais no Brasil - guardadas as devidas proporções e resistências - quanto por pautar a escritura geral acerca da homossexualidade. É sobre a exigência de positivação da homossexualidade - que já não poderá ser entendida como patologia e deverá ser incluída segundo perspectivas distintas, que vão dos direitos humanos crescentes até o poderio econômico - que se produzirá o discurso de produção da diferença na imprensa brasileira do século XXI, objeto de discussão da seção final deste artigo.

6 HOMOSSEXUAL NA IMPRENSA DIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISES

A análise do recorte desta pesquisa constrói a hipótese de que há, no discurso da imprensa do Rio Grande do Sul, uma axiologia que difere práticas masculinas e femininas e silencia práticas homocorpóreas / homoafetivas. Aqui, serão apresentados alguns exemplares de discursos recorrentes, cuja insistência da aparição configura uma espécie de ordem. Os recortes aqui presentes não se pretendem, pois, exaustivos, mas representativos da produção de verdades normativas sobre gênero e desejo e, por outro lado, da diferença entre os regimes de dizer que configuram a imprensa no interior e aqueles que circulam na imprensa da capital do Rio Grande do Sul.

Retome-se a problemática da sexualidade discursivamente constituída. Em *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, Foucault (2009a) defende a tese de que há, a partir do século XVII, no Ocidente, um modo específico de colocar o prazer em discurso: o dispositivo da sexualidade, que atua como um poder regulamentador, cria métodos de disciplinar e produzir formas de subjetivação e normatização.

O mesmo Foucault (1993b), a partir da discussão do dispositivo da sexualidade e suas estratégias de produção de subjetividades, entende que, ao contrário do que se postula, não há uma relação ontológica entre o sexo e o sujeito, mas um dispositivo que engendra um discurso no qual o comportamento sexual é constantemente ligado à verdade do sujeito. Segundo ele:

[...] Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer “Para saber quem és, conheça o teu sexo. O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir da nossa espécie, nossa “verdade” de sujeito humano. (FOUCAULT, 1993, p. 229-230)

Assim, na esteira da desestabilização da relação ontológica apontada por Foucault, Butler (2003) considera que o sexo é categoria normativa que funciona como uma prática regulatória, seja para produzir os corpos que se governa, seja para viabilizar a existência do sujeito como “domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2003, p. 155)

É, pois, a partir do discurso como domínio de inteligibilidade, que se analisará o corpus de enunciados da imprensa do Rio Grande do Sul. Para fins metodológicos, os discursos foram agrupados de acordo com três formações discursivas. De acordo com Foucault (1997), as formações discursivas (FDs) são sistemas descontínuos de regramentos que possibilitam a existência de enunciados sob uma série de dispositivos – nesse trabalho, genérico-sexuais.

6.1 A FD religiosa

Na imprensa da cidade de Erechim, o discurso sobre a homossexualidade ou a diversidade sexual ocupa um espaço restrito, marcado pela força do silenciamento. Nesse caso, há uma insistência em enunciados da ordem da família, do casamento e de uma identidade heteronormativa regrada e metafísica.

Metodologicamente, podem-se agrupar tais enunciados de permanência do discurso monogâmico-cristão, limitando os prazeres à procriação e ao seu controle, como pertencente à FD religiosa. Leia-se o recorte:

[...] Pedra angular da família – o culto dos deveres morais –, a construção do lar nele se faz mediante as linhas seguras do enobrecimento dos cônjuges, objetivamente o equilíbrio da prole. Somente reduzido número de pessoas, se prepara convenientemente, antes de intentar o consórcio matrimonial; a ausência desse cuidado, quase sempre, ocasiona desastre imediato de consequências lamentáveis. [...]” (DIÁRIO DA MANHÃ, 2012, p.8, grifos nossos).

O enunciado marca a bifurcação entre dois tipos de prática: a do culto dos deveres e a do desastre que se infere da ausência desses cuidados. Esse culto traz à tona uma identidade religiosa, interdiscursivamente bíblica: "deveres", "prole" e "consórcio matrimonial" fazem as vezes de uma voz metafísica e exigente.

É interessante notar, porém, a presença de uma atenuação adverbial, qual seja, o "quase sempre". Ao que parece, a tentativa desse discurso é não apenas assumir a necessidade imperativa de regramentos e cuidado de si, mas fazer notar a possibilidade de "salvação": "quase", nesse caso, serviria tanto como complemento para os "desastres" quanto indicativo de possíveis intervenções religiosas e transformadoras.

6.2 A FD biologizante

Ainda na imprensa da cidade de Erechim, há a produção de discursos que enquadram o sujeito supostamente desviante em uma *sexualidade atribulada*, produzindo um discurso de relação ontológica entre a sexualidade e o sujeito.

[...] Partidários da libertinagem, porém, empenham-se em insensata cruzada para torná-lo livre, como se jamais não o houvera sido. Confundem-no com a sensualidade e pensam convertê-lo apenas em instinto primitivo, padronizado pelos impulsos da sexualidade atribulada.

Liberdade para amar, sem dúvida, disciplina para o sexo, também. Amor é emoção, sexo sensação.[...] (DIÁRIO DA MANHÃ, 2012, p.8)

Note-se no recorte a permanência de um discurso biologizante, típico da medicalização da sexualidade "desviante". Destaque-se a "sexualidade atribulada" que aparece como "insensata" - fora da razão e da verdade do discurso, portanto. Ao que parece, todo desvio da norma heteronormativa deve ser entendido a partir da ordem do "engodo" e do "erro".

Tal discurso, no Brasil, teve domínio até boa parte do século XX e ainda exerce sua força. Estrategicamente, enunciados desta série discursiva são parte de um interdiscurso higienista (GREEN, 2000), vinculando diversidade de práticas sexuais ao engodo, social e natural, e à conseqüente periculosidade. Os "desviantes", nesse caso, seriam a ferramenta principal de dissolução das práticas afetivas e sexuais da "normalidade", desde o discurso da *República Velha*, qual seja, a heterossexualidade patologicamente normativa.

Essa ligação da homossexualidade com a degenerescência é o lugar enunciativo ainda existente no Brasil da década de quarenta, quando Pacheco e Silva (1951) [1940], em seu premiado *Psiquiatria Clínica e Forense*, elenca o homossexualidade entre os estados atípicos de degeneração, entre os quais inclui a necrofilia, a ninfomania, a bestialidade e o onanismo. Para o brasileiro, as etapas de inversão sexual devem ser registradas como ferramenta de identificação de comportamentos potencialmente criminosos, o que exige que se imagine os passivos e efeminados num lugar mais degradado do código jurídico-médico-moral.

É por tal viés que o mesmo Sinisgalli (1940 apud GREEN, 2006, p.47) descreve o *ethos* do invertido:

Os invertidos agem como mulheres. Seus gestos e atitudes são, em geral, afetados; alguns seriam graciosos se de fato fossem mulheres. O andar é leve. Jogam com o corpo. As ancas, volumosas e salientes, com o andar, bambolem ritmicamente. Quando se voltam, para olhar para os lados ou para trás, repuxam o ombro de uma maneira singularmente feminina. Olham os seus iguais em sexo com um olhar amortecido, às vezes cheio de desejo. (Os olhos não são espelho da alma?)

Em traços gerais, vê-se que a "detecção" da homossexualidade segue os princípios da inversão corporal e psíquica - no caso de Sinisgalli, as práticas corporais informando a alma. Segundo Green (2000), o aparecimento desse homossexual, como gostaria Foucault, constitui um discurso de desqualificação moral e desordem nervosa. Como o mesmo Green (2000) aponta, os critérios definidores da "doença" homossexualismo são discutíveis até mesmo do ponto de vista dos métodos de coleta de dados: só eram "estudados" aqueles sujeitos que ou haviam sido capturados pela polícia por "atentado ao pudor" – categoria mais comumente aplicada ao travestismo e suas variações – ou aqueles mandados por suas famílias para tratamento em manicômios. Nos dois casos, há uma preponderância de sujeitos ditos "efeminados" nas pesquisas, o que como estratégia de poder-saber pode ser bastante revelador: é justamente essa discursividade que permanecerá estratégica nas transformações do discurso da/sobre a homossexualidade.

Sobretudo na década de trinta, o dispositivo calcado na *scientia sexualis* mostrar-se-á tático diante da crescente urbanização e do crescimento desordenado de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa perspectiva, os diversos levantes sociais que estavam ocorrendo numa população fora de controle (desde militares até trabalhadores anarquistas sublevavam-se contra o poder) tinham como correlato médico a degenerescência do "homossexual": ambos eram sinais de patologia social e necessitavam de medicalização; ambos impediam o projeto

nacional de purificação racial e crescimento econômico, via fixação do modelo familiar heteroerótico e a submissão do recém-constituído indivíduo à funcionalidade estatal.

Assim, ainda que a partir do Estado Novo (1937-1945) tenha havido um declínio significativo nas produções médico-legais higienistas (GREEN, 2000; TREVISAN, 2010) – que já haviam entrado em declínio também na Europa sobretudo depois da eugenia nazista – , os discursos sobre a passividade como figura dúbia, feminil e perversa será generalizado no imaginário popular e na prática médico-policial, permanecendo tanto nas modalidades de medicalização-internamento quanto na perseguição propriamente militar e informal – as “brechas”⁵ da Constituição Imperial e seus avatares no que tange a práticas imorais.

Esta FD também apresenta outra estratégia de enunciação da homossexualidade: os enunciados de cisão entre masculino e feminino, pautados em enunciados ora biologizantes, ora socializantes. No corpus analisado, há uma intensificação de qualidades sociais e biológicas que ressaltam o dimorfismo sexual e a incomensurabilidade dos gêneros. Assim, é segundo uma diferença ontológica fundamental e necessária que se poderão produzir os discursos do "desvio", justamente porque é pela metafísica - no limite, como se lê no recorte, das "mãos de Deus" - que se poderá objetivar o desejo, o gênero e a sexualidade.

6.3 A FD da diversidade

A imprensa do interior do Rio Grande do Sul, especificamente da cidade de Erechim, como se viu, caracteriza-se pelo discurso de caráter heteronormativo e metafísico - biológico ou religioso - do tratamento do gênero e da sexualidade. Acrescente-se, ainda, que no corpus analisado há uma ausência completa de aparecimento de enunciados sobre a homossexualidade. Esses silenciamentos já foram amplamente discutidos na teoria do discurso. Em Foucault, na *Ordem do Discurso*, pode ser inferida pela ordem do interdito, a proibição dos regimes de se enunciar o "erro".

Orlandi (1997), nessa esteira, faz considerações importantes sobre a "política do silêncio": ao enunciarmos um mundo, apagamos necessariamente o outro. Silenciar, ainda, passa a ser um ato de constituição da linguagem: toda produção de sentido exige, para que possa existir, que seus não-ditos se façam, fantasmaticamente, presentes.

⁵ Conforme Green (2000) e Trevisan (2010), os Códigos Penais Brasileiros deixavam "brechas" para a criminalização da homossexualidade nos capítulos que tratavam do "atentado ao pudor". Nesse caso, dado que os encontros clandestinos aconteciam em lugares públicos - de parques a cinemas, pelo menos até a década de setenta, antes da "abertura" - , os homossexuais tornavam-se alvos fáceis da polícia.

No caso da imprensa de Porto Alegre, representada no corpus pelo jornal *Zero Hora*, a "política do silêncio" é colocada em xeque e, inversamente ao que se passava na imprensa erechinense, surgem os discursos de apropriação dos debates de gênero e sexualidade contemporâneos. Essa apropriação revela, é certo, a estratégia de produção de um discurso do próprio jornal. Segundo Felippi (2003), o " [...] Zero Hora constrói a identidade cultural gaúcha num contexto de mudanças nas identidades fruto da globalização e de suas conseqüências, entre elas a maior interconexão entre culturas, o fim do isolamento e do purismo cultural".

Veja-se, a partir de tal discurso "pluralista", um recorte do jornal de Porto Alegre:

“[...] É a Europa, aliás, o continente mais avançado nos direitos civis de gênero. Berço do Iluminismo, do Estado de bem-estar social e das ideias libertárias, já houve até uma ministra lésbica: Johanna Sigurdardottir, na Islândia. [...]”. (ZERO HORA, 2012, p. 19)

A reportagem é acompanhada de imagens de assunção da diferença, como a que segue abaixo:



Imagem: Marcha contra homofobia
Fonte: ZERO HORA (2012)

No caso dos enunciados do *Zero Hora*, é flagrante a preocupação em estabelecer uma relação direta entre o "racionalismo" - o recorte chega a citar o Iluminismo - e a luta justa e liberal pelos direitos e pela diversidade, estampada na figura que apresenta dois homens trocando carícias.

Essa discrepância entre as formas de dizer e silenciar da imprensa do interior e da capital, então, faz pensar nas condições de produção de sentido e nos regramentos do discurso que diferenciam a identidade de cada um dos locais e promovem, de um lado, uma

discursividade mais democrática⁶ e, por outro, uma insistência em discursos da família heteronormativa, da tradição e das práticas de normalização dos sujeitos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu da discussão sobre a produção de subjetividades - discursivamente - na contemporaneidade e, por via do recorte temático, do corpus e do período de coleta, optou por observar os mecanismos de produção da homossexualidade masculina nos discursos que circulam na imprensa do Rio Grande do Sul. A discussão passou tanto por aspectos teóricos quanto por textos que versavam sobre o "aparecimento" da homossexualidade na imprensa brasileira.

No que tange às conclusões, aponta-se para um regime de dizer bastante marcado no que se refere à discursivização da homossexualidade. Assim, enquanto a assunção das identidades e a proliferação de suas práticas é descrita segundo uma formação discursiva liberalizante na imprensa de Porto Alegre, permanece no discurso da imprensa do interior um silenciamento quanto à diversidade e uma permanência de modelos heteronormativos, que podem ser inferidos como formações discursivas mais tradicionais.

A discussão ora levantada permite entabular questionamentos sobre os regramentos, códigos e resistências que se distribuem no Brasil da atualidade e que têm na imprensa a possibilidade de materialização diária e, talvez por esse motivo, com um papel importante no tocante à resistência e à efetivação de discursos positivos em relação às diferenças de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Profanações**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: ARIÈS, P. ; BÉJIN, A. (Orgs.) **Sexualidades ocidentais**. Trad. Lygia Araújo Watanabe e Thereza Christina Ferreira Stummer. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 77-92.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Alberto Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

⁶ Certamente, também no Zero Hora se encontrou uma produção heteronormativa de gênero, sobretudo em reportagens pretensamente positivas sobre os travestis e seus direitos, que traziam no bojo um caráter de discurso normalizador diante do desvio. Porém, optou-se por uma descrição mais sucinta.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTTURI JUNIOR, A. Foucault: itinerário metafísico. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 171-180, 2010.

_____. **Metafísica e discurso**: Pêcheux, Foucault e a pós-modernidade. São Carlos, SP: Pedro e João, 2009.

COSTA, J. F. **A face e o verso**: estudos sobre homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

DELEUZE, G. **Foucault**. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v.10, n.18/19, p.81-125, 2003.

FELIPPI, A. C. T. Reflexões a respeito da identidade cultural gaúcha em Zero Hora. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 26., Belo Horizonte, 2003. *Anais...* Belo Horizonte, 2003. (paginação irregular).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 8.ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **A arqueologia do saber**. 5.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 19.ed. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.

_____. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p.1-14.

FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: _____. **Microfísica do poder**. 11. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1993a. p.167- 177.

_____. Não ao sexo rei. In: _____. **Microfísica do poder**. 11. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1993b. p. 229-242.

FRY, P. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GREEN, J. N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, J. N.; POLITO, R. **Frescos trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HEILBORN, M. L. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 5.ed. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LOVIBOND, Sabina. Feminismo e pós-modernismo. **Novos Estudos**, n. 27, p. 101-119, jul. 1990.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1997.

STEIN, E. **Diferença e metafísica**: ensaios sobre a desconstrução. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6.ed. revista e ampliada. São Paulo: Record, 2010.